

**Nota Técnica referente ao cômputo dos gastos da Universidade Federal de Santa Catarina
com processos de afastamento de docentes e técnicos para o exterior**
Relatório COBRADI 2024

Introdução

A arquitetura da cooperação internacional para o desenvolvimento sofreu inúmeras transformações ao longo das décadas, as quais incluíram a ampliação dos temas e dos atores envolvidos (Lancaster, 2007). Nos últimos anos, em um contexto marcado pela (re)emergência da cooperação Sul-Sul e pelo lançamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), ganharam espaço iniciativas voltadas para a revisão das métricas da cooperação para o desenvolvimento. A principal delas é a *Total Official Support for Sustainable Development* (TOSSD), que começou a ser discutida em 2015, durante a III Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento.

Liderada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a TOSSD propõe incluir desembolsos tradicionalmente excluídos da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD), "including resources provided through South-South co-operation, (...) as well as private finance mobilised through official interventions" (TOSSD, 2024, p. 2). Cumpre observar, ainda, a centralidade adquirida por institutos de pesquisa e universidades na TOSSD. Incluídos entre os seis canais de implementação, suas atividades perpassam diversas das modalidades cobertas pela TOSSD, como a implementação de projetos de cooperação técnica, a recepção de estudantes de países em desenvolvimento, incluindo refugiados e a realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento (TOSSD, 2024).

Práticas de metrificação da cooperação não são empreendimentos meramente técnicos, mas, principalmente, políticos (Waisbich, 2022). Nesse sentido, é importante observar não apenas o que muda naquelas práticas ao longo do tempo, mas também o que permanece. Com efeito, apesar da ampliação das modalidades incluídas no âmbito da TOSSD, subsiste a ideia de que há uma unilateralidade nos fluxos de recursos de países “provedores” para países “beneficiários”. Embora a literatura reconheça abertamente a existência de interesses e benefícios os mais variados para os países “doadores” – incluindo econômicos e securitários (Lancaster, 2007) –, as práticas de metrificação dominantes continuam se baseando na ideia de que países mais ricos aportam recursos para promover o desenvolvimento de países mais pobres.

O Brasil passou a sofrer pressões crescentes para quantificar seus fluxos de cooperação em um contexto marcado pela tentativa do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD/OCDE) de integrar os “doadores emergentes” às suas normas e práticas (Waisbich, 2022). No entanto, o relatório “Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional” (COBRADI), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual, desde 2010, compila e publica gastos anuais realizados pelo governo federal brasileiro, rompeu com as práticas de metrificação lideradas pela OCDE de diversas maneiras. Uma delas diz respeito ao fato de o IPEA não ter se restringido apenas à contabilização dos recursos brasileiros que tiveram como destino países em desenvolvimento – portanto, no âmbito Sul-Sul. Incluíram-se, também, recursos que tiveram como destino os países desenvolvidos – os quais convencionou-se chamar “Sul-Norte” –, principalmente a partir da

metrificação da cooperação científico-tecnológica (UFSC, 2025). Nesse sentido, passaram a ser reportados, por exemplo, gastos com bolsas para pesquisadores brasileiros realizarem pesquisas no Norte, entendendo-se que os mesmos beneficiariam não apenas o Brasil, mas também os países desenvolvidos (IPEA, 2024). A inclusão dos gastos da cooperação com países desenvolvidos coloca em xeque o pressuposto de que experiências e conhecimentos produzidos em um país em desenvolvimento, como o Brasil, seriam passíveis de aproveitamento apenas em outros países em desenvolvimento.

A partir de 2022, o governo brasileiro passou a demandar das universidades federais que contabilizassem e reportassem, anualmente, seus gastos com a cooperação para o desenvolvimento, de modo a serem incluídos no relatório COBRADI. Esse esforço de mobilização coincidiu com a participação ativa do IPEA, responsável pelo COBRADI, na TOSSD (IPEA, 2023), embora o diálogo entre o instituto e o CAD/OCDE seja marcado pela afirmação de uma posição independente por parte do Brasil (Waisbich, 2022). Essa posição independente se reflete, por exemplo, na manutenção da contabilização dos fluxos Sul-Norte, excluída da TOSSD.

Com a abertura do sistema do COBRADI para a contabilização dos desembolsos realizados por universidades públicas, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) passou a coletar dados sobre seus gastos diretos e indiretos com a cooperação (UFSC, 2023),¹ associando-os aos ODS, em consonância com as diretrizes do IPEA, em seu diálogo com o TOSSD. Entre as modalidades que mais se destacam, do ponto de vista do volume de recursos envolvidos, estão os afastamentos de docentes e técnicos da UFSC para o exterior, havendo larga predominância daqueles realizados para países do Norte.

Esta nota técnica destina-se, justamente, a registrar as decisões tomadas pela equipe da UFSC envolvida na geração e envio de dados para o COBRADI no que se refere a tais afastamentos.

1. Por que optamos por contabilizar os processos de afastamento como cooperação para o desenvolvimento

Em 2022, primeiro ano da participação da UFSC no COBRADI, ao se computar os gastos referentes ao ano de 2021 cogitou-se filtrar, pelo Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e de Extensão da UFSC (SIGPEX), aqueles projetos de pesquisa e de extensão que fossem declarados por seus respectivos coordenadores como projetos envolvendo parcerias internacionais. No entanto, ao se observar a aba “financiamento” do sistema em cada iniciativa, identificaram-se pelo menos duas limitações para estimar desembolsos anuais associados: os gastos declarados, em geral, são multianuais e oriundos de orçamento externo à UFSC, muitos dos quais já são reportados ao COBRADI pelos órgãos de origem do financiamento (Capes, CNPq etc.); nem todas as atividades atreladas aos projetos poderiam ser presumidas como internacionais, o que poderia gerar estimativas exageradas dos gastos com cooperação.

Assim, e tendo em vista que a UFSC, assim como outras universidades federais brasileiras, não costuma alocar recursos para financiar projetos de pesquisas em sua totalidade, apenas apoiando esporadicamente algumas atividades atreladas a eles, optou-se por: contabilizar gastos indiretos,

¹A participação da UFSC no COBRADI foi registrada na universidade, em 01/12/2021, como projeto de extensão, intitulado “Proposta metodológica para avaliar a participação da UFSC na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento”.

com salários, os quais são mantidos durante o período de afastamento de docentes e técnicos para o exterior; contabilizar gastos diretos, com passagens, diárias e inscrições em eventos internacionais, oriundos do orçamento da universidade.

Mas, afinal, qual é o impacto dos afastamentos no desenvolvimento dos países que recebem docentes e técnicos da UFSC? É importante ressaltar que, embora a legislação que embasa afastamentos de funcionários públicos do Brasil determine que tais iniciativas contribuam para aprimorar as funções desempenhadas por eles no Brasil,² na prática a leitura dos processos de afastamento permite entendê-los, também, como gastos públicos com potencial de impactar o desenvolvimento de outros países. Essa dimensão não fica clara apenas em iniciativas em que se pode observar a materialização da tradicional cooperação técnica, amplamente abordada pelo COBRADI. No caso da UFSC, nos processos de afastamento é possível, por um lado, identificar iniciativas que condizem com a cooperação técnica, como afastamentos, normalmente de curta duração, destinados a apoiar o desenho de políticas públicas ou a criação de programas de pós-graduação em outros países.

Por outro lado, ao percorrer os processos de afastamento foi possível notar dois aspectos que nos indicaram a relevância de incluir afastamentos para além dos relacionados à cooperação técnica. Primeiro, diversas cartas-convite da instituição de destino no exterior especificam as contribuições esperadas de pesquisadores da UFSC para o avanço científico, tecnológico e da inovação da instituição anfitriã, a qual não pode ser tomada de forma isolada à sua interação com outros atores do sistema de inovação que a circunda. Segundo, nos relatórios das atividades realizadas durante o afastamento, última peça dos processos, é possível encontrar registros não apenas de atividades realizadas dentro da instituição receptora – como palestras, seminários, cursos e orientação de pós-graduandos –, mas também fora delas. Neste caso, cumpre sublinhar, por exemplo, o registro de reuniões com atores governamentais e empresariais, interessados nos conhecimentos produzidos na UFSC.

Portanto, não restam dúvidas de que, sendo os afastamentos financiados por recursos públicos, podem ser entendidos como gastos realizados pelo Brasil que têm como destino outros países, desenvolvidos ou não, com forte potencial de impactar seu desenvolvimento. É importante ressaltar, porém, que, do ponto de vista da lógica de cooperação científico-tecnológica, apostase em ganhos para todas as partes envolvidas - neste caso, tanto para os docentes e técnicos da UFSC que se afastam para o exterior, no que se refere ao exercício de suas funções na universidade, quanto para as instituições anfitriãs.

Diante do que foi exposto, decidimos incluir no cômputo afastamentos de curta e de longa duração, de docentes e técnicos, inclusive aqueles destinados à participação em eventos internacionais. Estes são tradicionalmente excluídos do COBRADI, mas, no caso das dinâmicas de colaboração científica internacional, a participação em eventos não pode ser excluída a priori. Isso porque é em eventos como esses, em formato presencial, que projetos de cooperação emergem e avançam, dada a importância de encontros face-a-face para a construção de confiança e de redes (Laudel, 2001). Ademais, temos depoimentos de docentes da UFSC no sentido de que, ao participarem de eventos internacionais, tomam contato com novas ideias que trazem para casa, resultando em novas soluções tecnológicas e também no âmbito das políticas públicas, por exemplo. Não há por que

² Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Decreto n. 9.991, de 28 de agosto de 2019; Instrução Normativa n. 21, de 01 de fevereiro de 2021.

presumir, portanto, que as pessoas e as instituições que tomam contato com pesquisas realizadas na UFSC durante afastamentos para participação em eventos no exterior não façam o mesmo.

2. Como estimamos os gastos

A seguir constam as explanações sobre gastos indiretos e diretos realizados com o afastamento para o exterior. Computaram-se apenas gastos oriundos do orçamento da UFSC, os quais foram somados e, em seguida, subtraídos do orçamento anual da UFSC de 2024, de modo que o cômputo das demais modalidades de cooperação nas quais a universidade se envolve não sofresse dupla contagem. Isso porque, no caso dos gastos com alunos recebidos do exterior, por exemplo, dividimos o orçamento da universidade pelo número de alunos, multiplicando, em seguida, pelo número de alunos estrangeiros, separando cada país de origem em linhas distintas (maiores detalhes sobre como computamos esta e outras modalidades serão objeto de notas técnicas futuras). Estamos cientes, porém, de que na prática os afastados para o exterior podem continuar exercendo atividades junto à UFSC, como orientações e participação em bancas.

2.1 Gastos indiretos

Os gastos indiretos com afastamentos, preenchidos na Coluna 21 da planilha do COBRADI (Valor Referente a Salários), foram computados da seguinte maneira: dividimos o salário bruto anual do(a) servidor(a) afastado pelo número de dias do afastamento referente ao ano de 2024; em seguida, multiplicamos esse valor pelo número de dias do afastamento, conforme consta no Diário Oficial da União (DOU). Reconhecemos, porém, que proceder dessa forma inviabiliza o preenchimento das colunas 19 e 20 da planilha do COBRADI (Valor de Referência da Hora Técnica e Número de Dias Técnicos, respectivamente).

Nos casos de afastamentos consecutivos abrangendo mais de um país, mas registrados em um único processo, incluímos cada país de destino em linhas distintas (Coluna 4 da planilha do COBRADI), dividindo o custo total do afastamento pelo número de países visitados. Foi necessário proceder desta forma porque, na publicação no DOU, o período exato de afastamento para cada país não é necessariamente detalhado. Seria possível, manualmente, identificar o período exato a partir de bilhetes de passagens anexados aos processos de afastamento, mas, como não é obrigatório que o afastado inclua os bilhetes, decidimos padronizar a contabilização da forma que foi mencionada acima.

2.2 Gastos diretos

Como gastos diretos realizados pela UFSC, incluídos na Coluna 22 da planilha do COBRADI (Valor Referente aos Demais Gastos) com afastamentos de servidores(as) foram computados: gastos com diárias e passagens, identificados no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP); gastos com taxas de inscrições em eventos ou cursos internacionais, obtidos junto à Coordenadoria de Capacitação de Pessoas (CCP) do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas (DDP) da Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (PRODEGESP). Caso se tratasse de evento internacional, mas realizado no Brasil, o gasto foi excluído da planilha. Por fim, houve casos em que apenas gastos diretos puderam ser computados em função de a busca automatizada por processos de afastamento não ter retornado processos de afastamento que pudessem ser

relacionados a gastos com passagens, diárias e inscrições em eventos, o que impediu o cômputo de gastos indiretos.

3. Como classificamos os gastos

Seguindo os critérios do COBRADI, para cada afastamento selecionamos: até três ODS e até três metas por ODS; e um setor ligado à Classificação Internacional Industrial de Todas as Atividades Econômicas (Isic). Em vista do alto número de processos de afastamento cadastrados no Sistema Solar SPA (sistema utilizado para gerenciar procedimentos administrativos da UFSC), totalizando mais de 800 entradas envolvendo o ano de 2024, buscamos avançar em um protocolo de automatização de ambas as classificações.

Para buscar a replicabilidade do processo de automatização, de modo que possa eventualmente ser utilizado por outras universidades participantes do COBRADI, lançamos mão de ferramentas de inteligência artificial generativa. A plataforma escolhida para auxiliar na escolha dos ODS e do setor Isic foi o “Chat GPT”, da OpenAI. Apesar do avanço recente de outras concorrentes, o Chat GPT continua sendo a plataforma de IA mais difundida e de uso mais comum em diversos âmbitos. Também se trata de uma ferramenta gratuita e de fácil acesso e uso. Entretanto, cumpre observar que: a depender do cronograma de levantamento de dados de cada instituição, é necessário pagar pela assinatura da ferramenta, pois assim é possível cadastrar mais processos em um só dia; o uso de ferramentas de IA deve ser supervisionado.

O Quadro 1 detalha o protocolo desenvolvimento para utilizar o Chat GPT na automatização do preenchimento de parte da planilha do COBRADI 2024.

Quadro 1: Protocolo desenvolvido para utilizar o Chat GPT para automatizar o preenchimento de parte da planilha do COBRADI 2024

COMANDO PARA PRODUZIR RESUMOS DO AFASTAMENTO

(para preenchimento automatizado da Coluna 7 da planilha do COBRADI - Descrição do Projeto)

Identifique o nome da pessoa que aparece na primeira página do documento em anexo, em “Dados de Autuação”, item “Interessado”. Busque esse mesmo nome e as informações relacionadas a ele que aparecem na parte do documento referente à publicação no Diário Oficial da União. A partir dessas informações, produza um resumo anonimizado contendo as seguintes informações: cargo ocupado, lotação, atividade realizada e local onde foi realizada, cidade, país, período, número do processo.

Segue exemplo de resumo anonimizado para servir de padrão para os demais resumos: “Ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, com lotação no Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras/CCE, participou do evento La cultura sotto assedio na Università di Roma III, Chieti-Pescara e Stranieri di Sien, em Roma, Chieti, Siena/Itália, no período de 10/05/2024 a 18/05/2024 (Processo 23080.017805/2024-21.”

Caso exista mais de uma publicação no Diário Oficial da União, incorporar eventuais retificações que tenham ocorrido em publicações posteriores. Além disso, caso sejam mencionados mais de um país no processo de afastamento, produzir um resumo para cada país. É importante identificar o período exato em que o indivíduo em questão esteve em cada país, então pode ser necessário buscar informações constantes em outras partes do processo, como no item “Relatório de atividades” ou em bilhetes de passagens que possam ter sido incluídos no processo.

[em seguida apresentam-se exemplos de como a ferramenta deveria operar no último caso, sendo esse trecho suprimido desta nota técnica em função da anonimização da coleta]

COMANDO PARA CLASSIFICAÇÃO DO SETOR ISIC

(para preenchimento automatizado da Coluna 13 da planilha do COBRADI - Setor)

Com base nas informações que aparecem nos campos “**dados das atividades**”, “**manifestação do interessado**” e “**relatório de atividades**” do documento em anexo, identifique a principal Classificação Internacional Normalizada Industrial de Todas as Atividades Econômicas (Isic) de cada atividade de cooperação internacional registrada por país em cada documento. Como se tratam de atividades de cooperação relacionadas ao ensino superior, considere a classificação P85 (Educação) e suas subseções apenas se a atividade de cooperação tratar sobre educação superior especificamente (por exemplo, um seminário sobre educação superior), já que todas seriam classificadas da mesma forma sem diferir o conteúdo específico da atividade. Caso tenha mais de um país para o mesmo documento, indique a principal classificação ISIC para cada atividade realizada com o país. Se houver várias atividades de cooperação realizadas em um país, escolha apenas uma classificação ISIC que seja representativa do maior número das atividades realizadas, considerando o conteúdo de cada uma. Para cada indicação de classificação ISIC, indique o país em que foi realizada a atividade e o nome do documento. Os códigos das seções encontram-se nesse link: <https://www.ipea.gov.br/portal/cobradi/codigos>.

...

COMANDO PARA CLASSIFICAÇÃO DE ODS(S) E META(S)

(para preenchimento das colunas 9 e 10 da planilha do COBRADI - ODS e Metas ODS, respectivamente)

Com base nas informações que aparecem nos campos “**dados das atividades**”, “**manifestação do interessado**” e “**relatório de atividades**” do documento em anexo,

1. Identifique até **TRÊS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** da ONU que sejam **claramente relacionados** às atividades descritas e justifique cada escolha. Caso não seja possível identificar nenhum ODS deixar isso claro e apresentar justificativa.
2. Para cada ODS selecionado, apresente **até TRÊS metas específicas, somente se houver correspondência direta e contextual** com as ações relatadas. Justifique cada escolha. Caso não seja possível identificar nenhuma meta deixar isso claro e apresentar justificativa.

Regras e critérios:

Considerar apenas as informações que aparecem nos campos “**dados das atividades**”, “**manifestação do interessado**” e “**relatório de atividades**” do documento em anexo. Desconsiderar informações que aparecem em outros campos e/ou em outras fontes.

Não há obrigatoriedade de listar 3 ODS, nem 3 metas. O mais importante é a **qualidade e a precisão** da escolha, não a quantidade de itens citados.

As informações que aparecem no documento em anexo possuem relação com o tema da educação por envolverem atividades realizadas por docentes e outros funcionários da Universidade Federal de Santa Catarina em universidades, laboratórios e/ou outras organizações no exterior. No entanto, não necessariamente as atividades desenvolvidas estão relacionadas ao campo da educação. Indicar ODS(s) e/ou meta(s) associada(s) ao campo da educação apenas se as atividades realizadas tiverem relação explícita com esse campo. A escolha de ODS(s) e meta(s) deve levar em consideração a(s) área(s) ou a(s) temática(s) das atividades realizadas no exterior pelo docente ou por outro funcionário da UFSC.

Além disso, embora em alguns casos as atividades realizadas no exterior incluam orientação ou coorientação de alunos de pós-graduação, elas não guardam necessariamente relação clara e direta com a meta 4.b (Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento), pois não se voltam para o aumento de bolsas.

Considere, ainda, que o documento anexado contempla atividades de cooperação envolvendo docentes ou outros funcionários da Universidade Federal de Santa Catarina que impactam ou podem impactar o desenvolvimento sustentável de outros países, sejam do Sul, sejam do Norte. A escolha de ODS(s) e meta(s) associada(s), em casos em que versa(m) sobre cooperação e temas correlatos, não deve considerar o impacto dessas iniciativas no Brasil, mas sim nos países que receberam o docente ou outro funcionário da Universidade Federal de Santa Catarina, sejam eles desenvolvidos ou não. Portanto, se o país que recebeu o docente da UFSC for um país desenvolvido – ou seja, um país do Norte –, não selecionar metas que falem sobre cooperação Norte-Sul ou que considerem impactos restritos a países em desenvolvimento. A escolha deve atentar para as palavras associadas ao termo “cooperação”. Considere os seguintes exemplos:

Meta 1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.

Meta 2.a Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos.

Nesses casos a cooperação faz referência, exclusivamente, a parcerias que envolvem países em desenvolvimento. Isso significa que, se o país que recebeu o docente ou outro funcionário da Universidade Federal de Santa Catarina for um país desenvolvido, metas como as mencionadas acima não podem ser escolhidas, pois não estamos considerando o benefício para o Brasil, mas sim para o país que recebeu o docente brasileiro. Por exemplo, se uma docente realizou visita técnica a um laboratório de uma universidade escocesa, e a cooperação mencionada só envolve Brasil e Escócia, metas que considerem impactos restritos aos países em desenvolvimento (como as elencadas acima) não devem ser selecionadas tampouco metas que mencionem a cooperação Norte-Sul, uma vez que estas focam em atividades de modo que países desenvolvidos apoiam países em desenvolvimento. No caso dos documentos anexos, são apresentadas atividades em que o Brasil (país em desenvolvimento) apoia países desenvolvidos (Norte) e em desenvolvimento (Sul).

Caso a cooperação seja mencionada de forma geral, ou de maneira não exclusiva a países em desenvolvimento, considerar qualquer país de destino, desenvolvido ou em desenvolvimento, desde que exista relação com a(s) área(s) ou a(s) temática(s) das atividades realizadas no exterior pelo docente ou por outro funcionário da Universidade Federal de Santa Catarina. Veja, por exemplo, as seguintes metas:

Meta 7.a Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.

Meta 14.3 Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis.

Meta 16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime

Nesses casos, a cooperação é abordada de forma geral, sem referência exclusiva a países em desenvolvimento, ainda que a meta possa ressaltar que estes devam ser prioritários (o que acontece, por exemplo, quando se usa a expressão “em particular nos países em desenvolvimento”). Ou seja, em metas como as mencionadas acima podem ser enquadrados quaisquer países de destino do docente ou de outro funcionário da Universidade Federal de Santa Catarina no exterior, sejam eles desenvolvidos ou não.

Selecionar metas relacionadas à cooperação Sul-Sul se o país de destino do docente ou outro funcionário da Universidade Federal de Santa Catarina for um país do Sul ou se a parceria envolver um país em desenvolvimento. Neste caso, por exemplo, um docente pode ter ido realizar atividades na Itália, um país do Norte, mas essa visita pode fazer parte de uma cooperação que envolve a Argentina. Portanto, essa atividade pode ser enquadrada em um caso de cooperação Sul-Sul ou triangular, compatível com a Meta 17.6 (Aprimorar a cooperação regional e internacional Norte-Sul, Sul-Sul e triangular em ciência, tecnologia e inovação, e o acesso a esses instrumentos).

As diretrizes acima devem ser consideradas apenas em casos em que o(s) ODS(s)/meta(s) guarde(m) relação clara e direta com as atividades realizadas pelo docente ou por outro funcionário da UFSC no exterior. Dessa forma, ressalta-se que **não há obrigatoriedade de listar 3 ODS, nem 3 metas**. O mais importante é a **qualidade e a precisão** da escolha, não a quantidade de itens citados.

Por fim, conforme as orientações do COBRADI, os gastos foram classificados em Sul-Norte e em Sul-Sul (Coluna 17 da planilha do COBRADI - Arranjo de Cooperação). Para definirmos quais países fazem parte do Sul utilizamos a lista de integrantes do G77 - coalizão de 134 países em desenvolvimento da ONU, incluindo nações da África, Ásia, América Latina e Caribe. Somente um afastamento, para a Antártica, não se enquadrou em nenhuma das duas categorias, de modo que neste caso registramos a categoria “não se aplica” (N/A).

4. Quais dificuldades enfrentamos para contabilizar e classificar os gastos

Em geral, o SOLAR SPA, onde são cadastrados os processos de afastamentos para o exterior, é bastante completo, acessível e transparente. Dos mais de 800 processos de afastamento registrados em 2024, apenas um não pôde ser acessado. Cumpre também observar que duas entradas foram excluídas do nosso banco de dados em função de não ter sido possível computar gastos indiretos ou identificar gastos diretos. Além disso, em 51 casos foram identificados gastos diretos sem que fosse possível associá-los a processos de afastamento, de modo que computaram-se apenas gastos diretos. Nos casos em que não foi possível acessar processos de afastamento, adotou-se como padrão o ODS 17, meta 17.6; e o setor Isic P8530.

Um dos maiores empecilhos encontrados foi o fato de afastamentos subsequentes para vários países serem registrados em um só processo e em uma única publicação no DOU (e, em alguns casos, de aqui haver processos duplicados ou sobrepostos), o que pode dificultar a automatização da contabilização e da classificação dos gastos de acordo com os ODS, pois o tempo de permanência, assim como as atividades realizadas, variam país a país. Embora tenhamos tentado incluir esses casos do protocolo de automatização, conforme consta no Quadro 1, conseguimos identificar falhas no preenchimento da Coluna 7 da planilha do COBRADI (Descrição do Projeto), de modo que, nesses casos, essa parte foi preenchida a partir de consulta manual, processo a processo.

Por fim, mas não menos importante, é importante registrar que buscou-se, a princípio, desenvolver um protocolo de automatização junto ao Chat GPT que pudesse captar nuances da cooperação em suas múltiplas vertentes. Contudo, mesmo fornecendo-se diversos exemplos para que a ferramenta conseguisse responder de maneira adequada a tais nuances, optou-se por utilizar um protocolo mais simples. A maior dificuldade, aqui, foi o fato de o GPT tomar todo afastamento para um país do Norte como cooperação Norte-Sul, mesmo que, no processo de afastamento, ficassem bastante claras as contribuições de pesquisas e de pesquisadores da UFSC para promover o desenvolvimento do Norte.

Considerações finais

Um dos desafios mais significativos do processo de coleta e tratamento dos dados para a pesquisa COBRADI é o fato de diretrizes específicas para as universidades ainda estarem em construção. Por um lado, em âmbito global, a TOSSD apenas recentemente deu centralidade ao seu papel como promotoras do desenvolvimento internacional, talvez porque, tradicionalmente, nos países do Norte, muitas universidades sejam financiadas com recursos privados, o que pode significar que passaram a ser consideradas de modo mais abrangente em função da inclusão de gastos de origem privada na TOSSD. Por outro lado, no âmbito do COBRADI, apenas a partir de 2022 as universidades passaram a compor o rol de instituições avaliadas de maneira sistemática, com foco nas universidades federais. Aqui, a tendência é que os dados de cooperação internacional estejam fragmentados e dispersos entre as diferentes unidades que compõem a estrutura universitária. Deve-se mencionar, ainda, o curto período de tempo disponível para a coleta de dados, além da própria subjetividade da definição de cooperação para o desenvolvimento, sobretudo no contexto universitário.



A UFSC, a partir de um esforço liderado pela Secretaria de Relações Internacionais (SINTER), envolvendo a colaboração dos diversos setores da instituição que dispõem de dados sobre internacionalização, passou a produzir dados anuais para o COBRADI em 2022, ou seja, desde o primeiro ano em que as universidades federais foram incluídas na pesquisa de maneira sistemática. Entre as motivações para a participação da UFSC na pesquisa, destaca-se a potencial aquisição de conhecimento abrangente sobre a cooperação internacional desenvolvida pela instituição e sua contribuição para a Agenda 2030, assim como a possibilidade de uso dos dados coletados como fonte de apoio à condução da política institucional de internacionalização, diante da escassez de indicadores para mensurar esse processo (Leal et al, 2023).

Ao longo da participação da UFSC na pesquisa, graças ao diálogo com diversos setores da nossa universidade, foi possível ajustar seus sistemas para facilitar a coleta. Isso aconteceu, por exemplo, com a inclusão da obrigatoriedade de indicação de ODS(s) e meta(s) pelos próprios coordenadores dos projetos de pesquisa e extensão cadastrados no SIGPEX, conforme Figura 1, a seguir.

Figura 1 - Obrigatoriedade de indicação de ODS nos projetos de pesquisa e extensão da UFSC

<p><input checked="" type="checkbox"/> Indique um ODS e uma meta associada relacionada à ação de erradicação da pobreza. Caso a resposta tenha mais de uma linha, é possível indicar tanto o ODS e entre 1 e 3 metas por ODS.</p> <p>Dúvidas, consulte: https://brasil.un.org/obj-bridges</p> <p>A selecionar as metas, deve-se clicar exatamente em cima da caixa de seleção ou seguir a tecla Ctrl, caso contrário, metas já selecionadas serão desmarcadas.</p>	<table border="0"> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/> 1. Erradicação da Pobreza</td> <td><input type="checkbox"/> 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável</td> <td><input type="checkbox"/> 3. Saúde e Bem-estar</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 4. Educação de Qualidade</td> <td><input type="checkbox"/> 5. Igualdade do Gênero</td> <td><input type="checkbox"/> 6. Água Potável e Saneamento</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 7. Energia Limpa e Acessível</td> <td><input type="checkbox"/> 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico</td> <td><input type="checkbox"/> 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 10. Redução das Desigualdades</td> <td><input type="checkbox"/> 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis</td> <td><input type="checkbox"/> 12. Consumo e Produção Responsáveis</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 13. Ação contra a Mudança Global do Clima</td> <td><input type="checkbox"/> 14. Vida na Água</td> <td><input type="checkbox"/> 15. Vida Terrestre</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes</td> <td><input type="checkbox"/> 17. Parcerias e Meio de Implementação</td> <td></td> </tr> </table>	<input checked="" type="checkbox"/> 1. Erradicação da Pobreza	<input type="checkbox"/> 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável	<input type="checkbox"/> 3. Saúde e Bem-estar	<input type="checkbox"/> 4. Educação de Qualidade	<input type="checkbox"/> 5. Igualdade do Gênero	<input type="checkbox"/> 6. Água Potável e Saneamento	<input type="checkbox"/> 7. Energia Limpa e Acessível	<input type="checkbox"/> 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico	<input type="checkbox"/> 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura	<input type="checkbox"/> 10. Redução das Desigualdades	<input type="checkbox"/> 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis	<input type="checkbox"/> 12. Consumo e Produção Responsáveis	<input type="checkbox"/> 13. Ação contra a Mudança Global do Clima	<input type="checkbox"/> 14. Vida na Água	<input type="checkbox"/> 15. Vida Terrestre	<input type="checkbox"/> 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes	<input type="checkbox"/> 17. Parcerias e Meio de Implementação	
<input checked="" type="checkbox"/> 1. Erradicação da Pobreza	<input type="checkbox"/> 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável	<input type="checkbox"/> 3. Saúde e Bem-estar																	
<input type="checkbox"/> 4. Educação de Qualidade	<input type="checkbox"/> 5. Igualdade do Gênero	<input type="checkbox"/> 6. Água Potável e Saneamento																	
<input type="checkbox"/> 7. Energia Limpa e Acessível	<input type="checkbox"/> 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico	<input type="checkbox"/> 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura																	
<input type="checkbox"/> 10. Redução das Desigualdades	<input type="checkbox"/> 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis	<input type="checkbox"/> 12. Consumo e Produção Responsáveis																	
<input type="checkbox"/> 13. Ação contra a Mudança Global do Clima	<input type="checkbox"/> 14. Vida na Água	<input type="checkbox"/> 15. Vida Terrestre																	
<input type="checkbox"/> 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes	<input type="checkbox"/> 17. Parcerias e Meio de Implementação																		

O objetivo desta Nota Técnica foi iniciar o registro do processo de coleta e tratamento dos dados referentes à participação da UFSC no COBRADI. A ideia é compartilhar nossa experiência com outras universidades brasileiras para facilitar sua participação nas próximas edições da COBRADI. Esperamos também incentivar que outras universidades compartilhem suas metodologias para que possamos aprimorar nossa coleta e, coletivamente, construir uma metodologia que viabilize o desenvolvimento de análises comparativas e um entendimento mais abrangente não somente do papel das universidades no desenvolvimento internacional, mas também do papel da cooperação internacional no processo de internacionalização dessas instituições.

Como próximo passo pretendemos direcionar o conhecimento acumulado pela equipe da UFSC ao longo dos últimos anos para desenvolver um *software* que possa automatizar toda a coleta de dados referentes à cooperação para o desenvolvimento e à internacionalização de modo geral. Idealmente, o piloto poderia ser desenvolvido junto a outras universidades, para que não fique restrito apenas às rotinas e aos sistemas da UFSC. De uma forma ou de outra, precisaremos não apenas captar recursos financeiros, mas também articular um grande movimento de conscientização, dentro e fora da universidade, sobre a importância de dar mais transparência às práticas de internacionalização.

Referências

IPEA. **Relatório Cobradi 2021**: a cooperação educacional e científica brasileira em foco. Brasília: IPEA, 2024.

IPEA. “Indicadores e mensuração da cooperação para o desenvolvimento internacional aproximam IPEA e DAC/OCDE”. 28 abr. 2023. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13709-indicadores-e-mensuracao-da-cooperacao-para-o-desenvolvimento-internacional-aproximam-ipea-e-dac-ocde>

LANCASTER, C. **Foreign aid.** Diplomacy, development, domestic politics. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2007.

LAUDEL, G. Collaboration, creativity and rewards: why and how scientists collaborate. **International Journal of Technology Management** 22, 762–781, 2001.

LEAL, F.; LEITE, I.; SCHLEICHER, R.; CÉSPEDES, R.; FARÍAS, B.; MARTINS, T.; COSTA, G. International Cooperation for Development in Higher Education: Insights from UFSC participation in IPEA’s research. **FAUBAI 2023 Conference:** Building knowledge with all voices. Belo Horizonte, 2023.

TOSSD. TOSSD Reporting Instructions. Jul. 2024. Disponível em: https://www.tosssd.org/docs/reporting_instructions.pdf. Acesso em 20 dez. 2024.

UFSC. “Estudante da UFSC tem trabalho reconhecido ao analisar a cooperação Sul-Norte”. 14 out. 2025. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2025/10/estudante-da-ufsc-tem-trabalho-reconhecido-ao-analizar-cooperacao-sul-norte/>

UFSC. “UFSC participates in Brazilian research on international cooperation.” Available at <https://en.ufsc.br/2023/01/03/ufsc-participates-in-brazilian-research-on-international-cooperation/>, 2023.

WAISBICH, L. ‘It takes two to tango’: South-South Cooperation Measurement Politics in a Multiplex World. **Global Policy**, 13:334-345, 2022.

Equipe

- Iara Leite (redação da nota técnica, redação e supervisão de testes do protocolo de automatização)³
- Fernanda Leal (coordenação geral da equipe da SINTER e contatos com unidades provedoras de dados).
- Rafaela Céspedes (Coordenação do preenchimento do relatório, levantamento de dados em sistemas da UFSC e preenchimento da planilha COBRADI)

³ O amadurecimento de diversas elaborações que constam nesta nota técnica foi possível graças a afastamento para pós-doutorado, realizado sob supervisão de Laura Waisbich, na Universidade de Oxford (Financiamento FAPESC) e no Articulação SUL, entre agosto de 2024 e julho de 2025.

- Bruno Wanderley Farias (Elaboração de planilhas quantitativas de alunos nos sistemas UFSC, tratamento de dados obtidos em sistemas UFSC e preenchimento da planilha COBRADI)
- Luana P. C. V. Leite (levantamento de dados financeiros custeados pela SINTER e preenchimento da planilha COBRADI)
- Luiza Botega Goularte (Tratamento de dados obtidos em sistemas UFSC para o formato COBRADI e preenchimento da planilha COBRADI)
- Bernardo Almada Kiefer (elaboração da primeira versão do protocolo de automatização e realização de testes iniciais)
- Fernanda Moreira Lins (elaboração da seção do protocolo de automatização para classificação dos setores Isic e preenchimento automatizado da planilha)
- Mayara Marcelli (preenchimento automatizado da planilha)

Florianópolis, 12 de dezembro de 2025.